



## Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

### Despacho nº 1816527/2024 - DG

**Processo:** 0001443-79.2024.6.15.8000

**Interessado:** SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

**Destinatário(s):** SAO

Trata-se de processo instaurado visando à contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "f", c/c o art. 72 da Lei 14.133/2021) de capacitação para 02 (dois) servidores da Secretaria de Auditoria Interna deste Tribunal no Curso **FRAUD (Conhecimento em Prevenção a Fraudes)**, com o objetivo de capacitá-los na detecção, tratamento, controle e prevenção da fraude em processos, bem como na utilização do canal de denúncias como ferramenta efetiva para fortalecer a ética e o combate a fraudes na empresa.

Pré-empenho 2024PE000030 (1805453).

Após a devida instrução, a citada contratação teve a sua autorização convalidada pela SAO 1808752, com base no parecer da ASJUR 1806456, corroborado pela DG 1807906:

Entendendo suficientes as razões e vislumbrando a presença dos pressupostos legais, bem como parecer da ASJUR 1806456 corroborado pela DG 1807906 autorizo a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, "f", da nova Lei de Licitações Públicas nº 14.133/2021), do **INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL - IIA BRASIL**, CNPJ 62.072.115/0001-00, para a capacitação de dois servidores da Secretaria de Auditoria Interna no Curso **FRAUD (Conhecimento em Prevenção a Fraudes)**.

Diante do exposto, considerando o valor total da contratação em comento, bem como o atendimento às exigências contidas no artigo 72, VIII, da nova Lei de Licitações e Contratos e art. 30 da IN 01/2018, **RATIFICO** a presente contratação e encaminho os autos a essa unidade, para o prosseguimento do feito e adoção das medidas aplicáveis à espécie.

**ANDRÉA RIBEIRO DE GOUVÊA**  
DIRETORA-GERAL



Documento assinado eletronicamente por Andréa Ribeiro de Gouvêa em 05/05/2024, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=1816527&crc=D9F87EBB](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1816527&crc=D9F87EBB), informando, caso não preenchido, o código verificador **1816527** e o código CRC **D9F87EBB**..

0001443-79.2024.6.15.8000

1816527v1